

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE
RACIAL NA ESCOLA

NEILA ISABEL VIANA

**CONTRIBUIÇÃO DE OBRAS LITERARIAS AFRO BRASILEIRAS PARA A
FORMAÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL**

Belo Horizonte

2016

NEILA ISABEL VIANA

**CONTRIBUIÇÃO DE OBRAS LITERARIAS AFRO BRASILEIRAS PARA A
FORMAÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): ANA AMÉLIA LABORNE

Belo Horizonte

2016

NEILA ISABEL VIANA

**CONTRIBUIÇÃO DE OBRAS LITERARIAS AFRO BRASILEIRAS PARA A
FORMAÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): ANA AMÉLIA LABORNE

Aprovado em 09 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Nome orientador – Faculdade de Educação da UFMG

Nome do Convidado – Instituição a que pertence

RESUMO

Observamos que desde os primórdios dos tempos a imagem dos cidadãos negros são ausentes ou apresentadas de maneira inferiorizada nos livros didáticos, nos meios de comunicação, na literatura. No presente trabalho procuro desenvolver um estudo acerca da potencialidade da literatura afro e afro brasileira na construção da identidade racial, tendo como base a lei 10.639/03 que inclui o ensino de história e arte afro e afro brasileira nos currículos escolares. Acreditamos que intervenções como as analisadas, além de mudar o cenário da sala de aula ao trabalhar as diversidades étnico raciais, pode contribuir para a inclusão do negro no ambiente escolar e na sociedade.

Palavras-chave: Identidade, Identidade Racial, Literatura Afro-Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03: UMA LUTA POLÍTICA POR AFIRMAÇÃO DE DIREITOS	11
CAPÍTULO 2 – A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA COMO POTENCIALIZADORA DA CONSTRUÇÃO POSITIVA DAS IDENTIDADES NEGRAS	15
CAPÍTULO 3 – A LITERATURA AFRICANA E AFRO BRASILEIRA NO DIA-A-DIA DA ESCOLA	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, desenvolvido como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, realizou-se em uma instituição pública do município de Contagem, na regional Vargem das Flores na Escola Municipal Vereador José Ferreira de Aguiar em uma turma de 1º ano do 2º ciclo do ensino fundamental. A mesma se localiza em um bairro periférico, sua população é considerada de classe baixa à classe média alta, mas predominando a primeira, sendo seus alunos a maioria pretos e pardos.

Durante o curso de especialização foram realizadas algumas propostas de intervenção na escola e um dos temas que mais me deixou instigada nesses momentos foi a respeito da identidade, como o cidadão constrói sua identidade. Observa-se que uma das referências para essa construção é através da história de um povo, de sua literatura, mídia e através da sociedade, assim como salienta Rousseau em seus estudos sobre o comportamento da sociedade “o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe”, ou seja, o homem sofre modificações ao conviver com seus pares.

Sou filha única de pais separados, descendente de africanos, índios e alemães. Formei na Universidade do Estado de Minas Gerais no ano de 2013 e hoje trabalho como professora na rede municipal de Contagem. Antes de iniciar na vida acadêmica e profissional, convivi com o enfrentamento ao racismo, pois o meu padrasto é negro e não se aceita como tal devido às atitudes racistas dirigidas a ele. Eu e minha mãe buscamos ajudá-lo, para isso participamos de conferências e palestras à respeito. Ao lecionar nos anos iniciais do ensino fundamental, observei que não somente o meu padrasto sofre ao construir a sua identidade, e seria necessário aprofundar mais à respeito para melhor colaborar com uma construção positiva da identidade racial da população negra. A prefeitura ofertou vagas para o curso de especialização e logo me inscrevi para a seleção. Fui selecionada e desde então as discussões e as referências têm me dado uma base para lidar com situações que antes não tinha domínio para tal, iniciando-se em minha casa junto ao meu padrasto.

Na escola acima citada, trabalho com a literatura afro-brasileira, tendo a parceria da auxiliar de biblioteca. Iniciou-se o trabalho de intervenção com o livro Pedro Noite do autor Caio

Riter, que traz uma reflexão sobre as diferenças, as origens e formação da população brasileira, que é enraizado na África, buscando o reconhecimento e a aceitação da identidade racial. Riter nos diz “Criei, em forma de poesia a história de PEDRO NOITE para que sua canção possa acordar todos os Pedros que ainda estão adormecidos por aí”. (RITER, 2011, p32), Para a escolha do mesmo partiu-se da necessidade de trabalhar as relações étnico-raciais na escola, para assim tornar este espaço um ambiente acolhedor e humano, promovendo uma reeducação para as relações étnico-raciais.

O enredo do livro citado está conectado com referências de matriz africana, a saber, a valorização dos mais velhos e dos antepassados, as tradições, além de mostrar as dificuldades enfrentadas pelos cidadãos negros, como a construção positiva de sua identidade racial, o enfrentamento de preconceitos e estereótipos sobre a população negra.

O livro é de grande relevância para o trabalho proposto, pois aproxima o estudante de sua realidade se identificando com o personagem da história. Após o conto e reflexão, partimos para outros momentos de leitura e debate, que possibilitaram o encontro e a valorização si e dos outros.

Durante as intervenções realizadas no módulo V ***Relações Étnico-raciais e a questão Racial na sala de aula***, regido pelo professor Rodrigo E. de Jesus, ficou mais evidente a necessidade de se trabalhar a identidade racial na escola. Através da atividade solicitada sobre o que é ser negro, branco, índio no Brasil, percebi a importância de desenvolver a temática de maneira mais aprofundada, em uns dos relatos dos alunos “ser negro é comum”, “gosto de ser pardo, mas, o que eu queria mesmo é ser branco”.

Assim, sentia necessidade de apresentar um projeto que buscasse esta valorização, construção e identificação da origem dos alunos e alunas, que tivesse como objetivo central contribuir para a formação da identidade racial dos discentes através de obras literárias afro e afro-brasileiras. Pretendia também com essa proposta pedagógica resgatar a cultura afro-brasileira a partir da interação com a literatura africana e afro-brasileira, ampliando os horizontes de leituras, mostrando que não existe somente uma literatura eurocentrada. Imaginava que, discutindo a temática e propondo momentos de reflexão e sensibilização, pudesse contribuir para a promoção da igualdade racial na escola e na sociedade.

Uma questão se fazia presente nesse momento: de que forma podemos trabalhar a valorização e o reconhecimento da identidade racial negra na escola, para assim contribuir para uma reeducação para as relações raciais?

Buscando dar respostas a essa pergunta, percebemos que esta situação de desvalorização da identidade negra ocorre devido, em alguma medida, à literatura e a mídia apresentarem uma visão de mundo eurocêntrica. A alternativa que se apresentava era quebrar este paradigma, trazendo como referências obras literárias africanas e afro-brasileiras, usando meios tecnológicos para tornar a escola um local acolhedor e sem estereótipos, contribuindo assim para a igualdade racial e a valorização da identidade afro brasileira.

Brito (2009) ressalta que para se ter uma efetiva valorização racial é necessária considerar que todos possuem a mesma natureza humana, sem distinção de cultura.

É necessário saber focar situações relativas às diferentes culturas dos afro-descendentes, brancos e índios, trabalhando a diversidade, considerando que todos pertencem à mesma natureza humana e que têm a possibilidade conjunta de compartilharem saberes, sem cristalizar hierarquização de raças e culturas. Portanto, é necessário assegurar que a cultura dos afro-descendentes e indígenas, que sempre estiveram em segundo plano, seja resgatada, valorizado e apresentado como um dos eixos de suas identidades étnico-raciais. Isto significa referências de visibilidade e valorização de suas origens, suas culturas, suas religiosidades e sua auto-estima. (BRITO, 2009, p.17).

Para nos ajudar a compreender essa complexa realidade buscamos uma bibliografia que possa nos auxiliar a compreender melhor tal processo. Buscou-se como base a Lei de nº 10.639/03 e autores que foram essenciais para produção deste trabalho, tais como Gomes (2010), Gouvêa (2005), Santomé (1995) entre outros.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo destina-se a apresentar o contexto histórico da implementação da lei 10.639/03, como uma conquista de extrema relevância no âmbito de afirmação de direitos individuais e coletivos e o direito à memória de um povo. O segundo capítulo busca destacara importância das obras literárias na construção das identidades raciais positivas. Já o terceiro capítulo descreve e analisa a intervenção realizada. Por fim as considerações finais buscam sistematizar as análises feitas e aponta caminhos e potencialidades do referido trabalho.

CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03: UMA LUTA POLÍTICA POR AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

O combate ao racismo nos materiais didáticos e a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica é fruto de uma série de ações desenvolvidas pelos movimentos sociais negros no Brasil. Pensando neste espaço, o movimento negro procura transformar este processo por meio da educação.

De acordo com Marinho (2010) o espaço escolar é o lugar das reproduções das desigualdades sociais e raciais, e é neste espaço que deve desenvolver meios para a eliminação de tais práticas.

Além disso, deve-se incluir o fato de que a educação escolar é a principal responsável pela reprodução das desigualdades raciais, pois promove um processo de embranquecimento cultural ao disseminar um conteúdo eurocentrista e de ostentação dos Estados Unidos, desqualificando o continente africano, os negros e sua história. Sendo assim, é do espaço escolar de onde deve partir as iniciativas para eliminação desta realidade (MARINHO, 2010, p.42).

Gomes (2012) denuncia a ausência da cultura afro brasileira nos materiais e currículos escolares, visto que, os livros didáticos não mostram a realidade do cidadão negro, ocultando sua cultura, sua história.

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciámos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. (GOMES, 2012, p.102).

Santomé (1995) compartilha desse posicionamento com Gomes (2012) no que diz respeito ao silenciamento da cultura afro-brasileira nos currículos escolares. Os currículos escolares em sua maioria baseiam-se nos conteúdos de uma cultura dita como verdadeira, e deixa-se de se aproximar da realidade dos discentes.

Quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção à arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder continuam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação (SANTOMÉ, 1995, p. 163).

Apesar de ser uma luta travada há décadas pelos movimentos negros, apenas recentemente podemos observar ações governamentais e políticas públicas sistematizadas de combate ao racismo. O ano de 2003 foi um momento histórico, para os movimentos sociais, e para os cidadãos afrodescendentes em virtude da aprovação da lei 10.639/03, que inclui a temática da história e cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares.

Gomes (2012) elege a lei 10.639/03 como uma mudança cultural, política e pedagógica, visto que a mesma modifica a lei de diretrizes e bases da educação nacional lei de nº. 9.394/96 acrescentando artigos para fins de promoção de uma educação afirmativa, resgatando as raízes da sociedade brasileira e valorizando os heróis desconhecidos da nossa nação.

A introdução da Lei nº 10.639/03 – não como mais disciplinas e novos conteúdos, mas como uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico – poderá romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos a favor da discriminação racial. (GOMES, 2012, p.105).

A luta dos movimentos sociais culminou em conquistas importantes como as políticas públicas educacionais em prol não somente para os grupos por eles representados, mas, para toda sociedade em si. Com o acréscimo dos dois artigos na Lei de Diretrizes e Bases, o currículo escolar passa por uma revisão e busca se adequar à realidade do estudante, potencializando a valorização e construção de identidades raciais positivas.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. (BRASIL, 2003). § 4º. “O ensino de história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia”. Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. (BRASIL, 1996)

Observamos que a lei 10.639/03 contribui para a inclusão de pretos e pardos no âmbito escolar e na sociedade visto que o ensino de história passa a trabalhar a diversidade étnico-cultural dos educandos. Santos (2010) acrescenta que o trabalho com a referida lei “poderá contribuir para uma melhor inclusão do negro, em sala de aula e sociedade, por trabalhar as diferenças existentes dentro da própria sala de aula, onde fica bem mais simples de as crianças em idade de aprendizado conhecerem uma história diferente dos colonos.” (p.6)

Nesta perspectiva Gomes (2009) aponta a lei como uma ação afirmativa voltada à valorização e construção da identidade brasileira. Destaca como “um processo de lutas sociais e não uma dádiva do Estado” (p.41). Entende-se como uma política pública destinada a diversidade étnica racial.

De acordo com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro brasileira e Africana, a Lei 10.639/03 não é somente um instrumento de orientações de combate ao racismo, mas uma lei de afirmação, ou seja, “no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos.” (BRASIL, 2012, p.5).

Marinho (2010) enfatiza a contribuição da lei 10.639/03 na inclusão do negro no sistema de ensino, levando em consideração seus aspectos positivos, e não apenas negativos como era apresentado antes da lei. Além disso, aponta potencialidades ao resgatar e valorizar a sua contribuição para a formação do país.

Silva e Coelho (2010) ressaltam que para uma efetiva prática educacional voltada para as relações étnico-racial é necessário voltar ao passado, pois “o passado comunica com o presente na mesma medida em que o presente dialoga com o passado. Só assim a árdua tarefa/função se recobre de significado e de sentido” (SILVA E COELHO, 2010, p102). Além de voltar ao passado é necessário reconhecer e valorizar o estudo da história, pois a história do nosso país e da África se aproximam e sua conexão se converte na formação da nossa herança cultural.

Observa-se, no entanto, que a referida lei busca eliminar as práticas racistas existentes, e reparar o passado, conforme salienta Marinho (2010)

Esta lei está inserida num conjunto de ações afirmativas, ou seja, de políticas dirigidas à correção das desigualdades raciais a fim de compensar a população negra pela discriminação sofrida ao longo dos séculos, que a levou aos mais baixos índices sociais, tais como distribuição salarial, habitação e educação. Estas ações representam uma tentativa de correção da situação de desvantagem imposta os negros historicamente e visa, em última instância, a promoção de uma sociedade democrática. (MARINHO, 2010, p.47)

A aprovação da lei de 10.639/03 se mostra, nesse contexto, como uma conquista histórica impulsionada pelos movimentos negros. O objetivo é incluir a história, cultura afro-brasileira na escola e podemos perceber um movimento de valorização e construção de uma auto-estima positiva da população negra. Grandes desafios vêm sendo enfrentados na efetivação da referida lei, mas questionamentos importantes têm sido feitos no sentido de modificar a visão eurocêntrica dos currículos escolares.

Gomes (2009) relata que existe resistência sob as políticas afirmativas:

As políticas de ação afirmativa ainda são vistas com muitas reservas pelo ideário do republicano brasileiro, que resiste em equacionar a diversidade. Esse ideário é defensor de políticas públicas universalistas e, por conseguinte, de uma postura de neutralidade por parte do Estado. Essa situação, por si só, já revela o campo conflitivo no qual se encontra as ações, programas e projetos voltados para a garantia do direito à diversidade étnico-racial desencadeadas pela lei 10.639/03. (GOMES, 2009, p. 41).

Observa-se neste sentido uma resistência em desenvolver projetos sobre a temática para toda a comunidade escolar, ou quando se refere a políticas sócios raciais, como por exemplo, as cotas no ensino superior, geram um grande questionamento. Além disso, percebemos que as ações de combate ao racismo em alguns municípios são inexistentes.

Marinho (2010) frisa que a lei 10.639/03 não é eficaz no que diz respeito à efetiva implementação e a formação profissional. Sales (2005) afirma que a lei apresenta falhas, como as citadas por Marinho (2010), e acrescenta:

Segundo o nosso entendimento, a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, apresenta falhas que podem inviabilizar o seu real objetivo, qual seja, a valorização dos negros e o fim do embranquecimento cultural do sistema de ensino brasileiro. A lei federal, simultaneamente, indica uma certa sensibilidade às reivindicações e pressões históricas dos movimentos negro e anti-racista brasileiros, como também indica uma certa falta de compromisso vigoroso com a sua execução e, principalmente, com sua eficácia, de vez que não estendeu aquela obrigatoriedade aos programas de ensino e/ou cursos de graduação, especialmente os de licenciatura, das universidades (SALES, 2005, p.34)

Freitas (2013) acentua como o desafio da implementação da lei 10.639/03 a formação e qualificação dos profissionais, visto que, alguns profissionais desconhecem a história e a cultura afro-brasileira, além de serem formados em um currículo eurocêntrico, ou seja “o currículo da educação brasileira como um todo, assim como o da maioria das sociedades pós-

coloniais, é profundamente eurocêntrico, isto é, tem os conhecimentos, valores, princípios e legados dos colonizadores como único saber legítimo.”(GRISA, 2011, p.5)

Gomes (2009) salienta que, para uma efetiva aplicação da lei, é necessário a sociedade civil se mobilizar para garantir a diversidade étnica racial nas escolas, nos projetos pedagógicos, currículos e na formação de professores, para que assim a lei não fique somente no papel, mas que ela seja executada nos espaços escolares.

A lei 10.639/03 surge como uma conquista política e pedagógica que visa afirmar e valorizar os nossos antepassados africanos que marcaram a história do Brasil. Neste sentido entende-se que as referências africanas tiveram grande influência na cultura brasileira. No entanto, na maior parte das vezes, essas heranças são negadas nas grandes mídias, nos livros didáticos e literários que apresentam uma perspectiva eurocêntrica. Os profissionais da educação têm um grande desafio a ser enfrentado de questionar o conhecimento com bases racistas construídos de longa data. Como nos lembra Santos (2003. p.86) “A cultura e a literatura afro-brasileira constituem as raízes de um povo sofrido e bravo que ainda luta para conquistar seu lugar na terra em que ele contribuiu para escrever a história.”.

CAPÍTULO 2 – A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA COMO POTENCIALIZADORA DA CONSTRUÇÃO POSITIVA DAS IDENTIDADES NEGRAS

A literatura negra não é só uma questão de pele, é uma questão de mergulhar em determinados sentimentos de nacionalidade enraizados na própria história do Africano no Brasil e sua descendência, trazendo um lado do Brasil que é camuflado (CADERNO NEGRO, 2004, p.6).

Os livros didáticos, a mídia, e as literaturas, de uma maneira geral, abordam a imagem do negro de uma forma inferiorizada, valorizam a cultura eurocêntrica, internalizando esse modelo ideal para a sociedade. As crianças crescem com esses ideais pejorativos em relação à raça negra.

A diferença para uma criança não-negra está no número de opções em que ela se vê para elaborar sua identidade. Em todo o leque dessa oferta, podemos encontrá-las nas mais diferentes formas, papéis e jeitos, o que compensa uma ou outra desqualificação. O mesmo não acontece para a criança negra, que encontra imagens poucas dignas para se reconhecer [...] (LIMA, 2001, p103)

Entende-se que os meios de comunicação e a literatura são instrumentos importantes na formação da identidade do cidadão “algo que vai passar inevitavelmente pelos referenciais que forem a ela apresentados. Neste aspecto, destacamos principalmente, os brinquedos, os personagens de desenho animado e as histórias infantis.” (MARIOSIA e REIS, 2011, p.42). Visto que a maior parte dos desenhos animados e histórias apresentam personagem “branco” que não representa a comunidade afro descendente.

Santos (2010) em seus estudos sobre o negro como personagem na literatura infantil sob ótica das obras de Maria Rita Py, afirma o fortalecimento do racismo através dos meios de comunicação:

O Brasil constitui-se numa sociedade racista, onde a dominação é sustentada por uma sociedade ainda conservadora. A mídia tem grande poder de conservar e manter o racismo na sociedade, fortalecendo os elos existentes que a sustentam, mostrando a superioridade branca e a discriminação racial contra o negro. (SANTOS, 2010, p.5)

Jaccoud e Beghin (2012) apontam que o processo de exclusão fortalece as hierarquias existentes, e este problema afeta toda a sociedade:

Tal processo de exclusão fortalece as características hierárquicas e autoritárias da sociedade brasileira e aprofunda o processo de fratura social que marca o Brasil contemporâneo. Assim, ao falar-se de desigualdades raciais, está-se falando não somente de um problema que afeta parte da população nacional, mas de diversos problemas que atingem a sociedade brasileira como um todo. (JACCOUD E BEGHIN, 2002p. 33)

Percebe-se que a escola é um ambiente que reflete o processo de exclusão, se tornando um espaço hostil, aonde os apelidos e brincadeiras racistas vem à tona, como, por exemplo, comparar o outro com um animal. Souza (2005) reforça que a cultura racista brasileira relaciona os negros às coisas negativas, que provoca situações desagradáveis as alunos (as) negros (as), assim, nessas condições, se constrói a não aceitação como cidadão (ã) negro (a).

Lima e Silva (2013) confirmam em suas pesquisas a imagem do negro como inferiorizada nos livros literários e didáticos. A essa realidade se junta à representação dualista de bem e mal, sendo que o negro é sempre associado ao negativo. As autoras destacam que em contrapartida, existem publicações que buscam fazer denúncia dessas representações negativas e regatar os valores humanos.

Santos (2010) enfatiza que ao trabalhar literatura afro-brasileira é relevante falar da contribuição do negro na história do nosso país, levando em consideração, as lutas, sua cultura e sua origem.

Ao referir-se á literatura negra primeiramente tem de se falar da participação do negro na História do Brasil, sua contribuição, seu sofrimento, a escravidão. Isto é falar da identidade por muitos esquecida, até pelos próprios negros, que têm dificuldade de entender-se, como parte integrante da construção do nosso país. Sem esquecer suas origens e de como veio parar aqui, mas tentando construir uma nova identidade, o negro reescreve sua história. (SANTOS, 2010, p.2).

Entende-se que é necessário compreender a história dos negros no Brasil, pois somente assim conheceremos uma parte da história que nos foi negada. Poderemos, dessa maneira, construir nossa identidade de brasileiros de uma maneira mais completa, visto que África e Brasil são indissociáveis.

Souza (2005) pontua que a gênese da literatura infanto juvenil no Brasil data do final do século XIX e início do século XX, e os personagens negros aparecem no final da década de 1920 e início de 1930 de forma subalterna, inferiorizada.

Gouvêa (2005) em sua pesquisa analisa diversas obras produzidas no período entre 1920 e 1930. Em suas pesquisas o autor reafirma a ausência de personagens negros. Quando surgem, é parte do cenário doméstico, além de expor seu corpo como forma animalesca ou associada à feitiçaria. Silva (2010) acrescenta que na sociedade da época atribuía imagens estereotipadas ao negro. A maioria dos personagens eram apresentados como alienados, analfabetos, marginalizados, escravizados, etc.

No ano de 1975, a literatura infanto-juvenil buscava apresentar uma ideia realista, mas ainda mostrava representações preconceituosas, discriminatórias, racista, conforme afirma Souza (2005) em seu estudo. A partir da década de 80 em diante surgem algumas obras que buscam romper com esta representação, destacando a resistência racial e de gênero, o estilo como o modo de pentear os cabelos, valorizando também a mitologia e as religiões de matriz africana.

Silva (2010) salienta que no ano de 1978, surgem escritores preocupados com a construção da identidade racial das crianças afro descendentes:

A partir do ano de 1978, alguns escritores com intuito de trabalhar com a figura do negro no Brasil, assim como materializar-se por serem eles próprios vítimas das estereotípias impostas dentro do círculo literário e intelectual, surge o primeiro exemplar dos Cadernos Negros, livro que reunia, e ainda reúne, contos e poemas que tinham como princípio a valorização da imagem do negro em uma literatura elaborada por eles próprios, já refletindo o desmembramento, a descontinuidade e a descentralização proposta pelas literaturas pós-modernas, pois não se trata mais do negro escravo, alienado ou objeto do senhor como se observava até então, mas sim como um participante da sociedade com sentimentos, prazeres e sensações.(SILVA, 2010, p.23)

Somente no final dos anos 80 a literatura afro-brasileira passa a ser valorizada e atribuem aspectos positivos aos seus personagens:

No final da década de 80, os livros passaram a apresentar e enfatizar positivamente aspectos da cultura negra como a capoeira e a mitologia dos orixás. São encontradas situações de reflexão sobre a vida e a imagem dessas personagens de maneira positiva e criativa. Uma nova tendência está emergindo. (SOUZA, 2005, p.12).

Duarte (2008) seu artigo **Literatura Afro-brasileira: um conceito em construção** relata que a literatura afro-brasileira alvorece no século XXI com grandes descobertas e realizações, sendo o negro o tema principal. Citando Zilá Bernd (1988), o autor ressalta que “essa

literatura apresenta um sujeito de enunciação que se afirma e se quer negro” (BERND, 1988, p.2).

Mariosa e Reis (2011) enfatizam que as obras originadas nesta época buscavam apresentar as situações do dia-a-dia, como o enfrentamento ao preconceito, resgate da cultura, valorização da crença religiosa, para assim auto afirmar o cidadão afro descendente.

Observa-se que este processo de inclusão e valorização do negro na literatura, e em especial da figura da mulher negra, é mais uma conquista do movimento negro. O movimento negro anuncia a importância da construção de uma auto-estima positiva para a formação de cidadãos afros descendentes.

O movimento social negro brasileiro – inclui também o movimento de mulheres negras – nas últimas décadas do século do XX e início do XXI, tem desempenhado um papel preponderante nessa tendência de transformação positiva da personagem feminina negra por meio de suas denúncias e reivindicações (SOUZA, 2005, p.12).

Observa-se no entanto, que a formação da identidade do sujeito inicia-se na infância sofrendo influências de seu convívio, sejam positivos ou negativos. Nessas condições entende-se que a construção da identidade é “pessoal e social, acontecendo de forma interativa, através de trocas entre o indivíduo e o meio no qual está inserido” (MARIOSA e REIS, 2011 p.46).

Pensando na literatura como potencializadora da construção da identidade racial têm-se:

Uma literatura com proposta de representação do negro, que rompa com esses lugares de saber, possa trazer imagens enriquecedoras, pois a beleza das imagens e o negro como protagonista são exemplos favoráveis à construção de uma identidade e uma autoestima. Isto pode desenvolver um orgulho, nos negros, de serem quem são, de sua história, de sua cultura. [...] Investir na construção de uma identidade significa abrir caminho para a revolução no jeito de pensar da sociedade contemporânea, pois os educandos de hoje serão a sociedade de amanhã. A literatura, nesse ínterim, pode ser um espaço de problematização do movimento ocorrido em nossa sociedade. (SILVA 2010, p. 35)

Assim, a literatura influencia na construção da identidade da criança. Mariosa e Reis (2011, p.48) destacam que para formar a sua própria identidade o indivíduo “precisa recriar a realidade e imaginá-la”. Isso significa dizer que através de seu imaginário, seja individual ou compartilhado, a criança vai construindo sua personalidade e o modo de ver e viver o mundo ao seu redor. As autoras acrescentam que as histórias são um excelente auxílio na

compreensão das dificuldades de infância, dando um norte para resolver tais conflitos ao ponto que se identificam com os personagens.

Palmeira (2011) defende que as obras literárias afro-brasileira trazem a memória coletiva dos afros descendentes, a isto se junta a construção da identidade brasileira. “Compreendendo a memória como importante para a construção da identidade dos afro-brasileiros, as escritoras e os escritores da literatura negra tematizam a memória dos afrodescendentes em suas produções.” (PALMEIRA, 2011. p.20). Observa-se que as obras em estudo apresentam narrativas de lutas, resistência, conquista e valorização da cultura.

Mariosa e Reis (2011) acrescentam que histórias e experiências compartilhadas têm um significado importante para todo o grupo, devendo ser preservados e passados de geração em geração. Esse compartilhamento promove nas comunidades o orgulho de suas tradições, ritos e lendas. As autoras completam que a literatura afro e afro brasileira preservam a memória e a tradição de um povo guerreiro.

Percebe-se que a literatura afro-brasileira aproxima o discente da sua cultura, da sua história, na medida em que podem se identificar com os personagens. Como, por exemplo, uma criança identificar-se com a personagem do livro Pedro Noite, sua história, seus costumes, e seu modo de viver a vida.

Conforme salienta Santos (2005) a cultura afro brasileira valoriza a memória. Isso significa dizer que é preciso conhecer o passado para viver o futuro. “A vida antecede a reflexão e a recheia. Os sentidos guiam o corpo. Por isso, a necessidade da radicalidade na atitude filosófica, ir até a raiz das questões no seu enraizamento encontramos a paisagem que habitamos e o corpo que somos.” (SANTOS, 2005, p.208).

A formação identitária brasileira é construída sob o pilar de diversos valores e culturas. Mariosa e Reis (2011) enfatizam na literatura afro-brasileira uma união de culturas.

Neste debate, entende-se a literatura em si, como uma ferramenta pedagógica norteadora da formação da identidade, isto é, “a literatura, assim como outras manifestações artísticas, serve como suporte para a construção de identidades individuais e coletivas” (ARAÚJO, 2011, p.5).

Visto que as leituras propõem uma viagem que aproxima realidade com ficção, além de compartilhar ideias em comum.

A este respeito Debus (2013) preocupa-se com os leitores:

É necessário pensar aqui neste leitor, negro e não negro, que, acolhendo as narrativas, vivenciará experiências múltiplas. Primeiro através de narrativas que protagonizam um continente singular imerso em pluralidades, a África e suas “culturas”, bem como as representações de crianças contemporâneas afro-brasileiras, problematizando o enfrentamento diante da brutalidade e insensibilidade, preconceitos enraizados de um outro, que se anuncia bruto, mas que lhe possibilita o encontro consigo mesmo. Plural, também, é a identidade afro-brasileira. (DEBUS, 2013, p.6).

Nesta perspectiva, é importante o professor propor uma literatura que esteja de acordo com a realidade escolar, visto que o que está em jogo é a formação de cidadãos. Assim, devemos ter muito cuidado na escolha de cada obra literária, para que não valorize e reproduza estereótipos e valores eurocentrados. Destacamos ainda que é importante conduzir o trabalho de forma que valorize e respeite todos os discentes.

Cabe então aos profissionais da educação ser um canal de aproximação e orientação às obras literárias afro-brasileiras, buscando sempre capacitação para melhor trabalhar a diversidade étnico-racial e cultural em sala de aula.

CAPÍTULO 3 – A LITERATURA AFRICANA E AFRO BRASILEIRA NO DIA-A-DIA DA ESCOLA

O trabalho de intervenção desenvolvido na referida instituição teve uma parceria com a auxiliar de biblioteca. Iniciamos as atividades com a leitura e roda de conversa sobre o livro *Pedro Noite*, o qual retrata a construção da identidade, que está relacionada com a história de cada sujeito. “Pedro Noite é um garoto como os outros: vive a descoberta de si mesmo. Mas sua história é atravessada por imagens que não o retratam, por um canto misterioso e por histórias que fazem parte de Pedro, mas que ele ainda não conhece.” (RITER, 2011, p32)

Todas as quintas feiras um aluno levava um determinado livro para a casa para depois fazer o relato e o debate acerca do mesmo. Dentre estes livros trabalhados destacamos alguns. O livro *Betina*, uma obra de Nilma Lino Gomes, apresenta de maneira sucinta a questão da identidade racial, enfatizando que é uma construção, social, histórica e plural, que tem seu início nas relações familiares. O livro é um bom exemplo de como a identidade racial fica marcada nas relações familiares, onde a avó ensina a neta fazer tranças, conhecimento que passou de geração em geração.

Trabalhei com a leitura e debate do referido livro, e após o momento de socialização, as alunas sugeriram que em um determinado dia todas viessem para a escola de tranças. O dia marcado por elas foi o dia 18 de novembro. Esse episódio nos alerta para o entendimento do conceito de identidade racial e de como a escola tem o poder de reforçar, positiva ou negativamente, as múltiplas possibilidades de construção das identidades negras.

Assim, como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente este processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece. (GOMES,2005, p.43).

Entende-se que a identidade racial é construída ao longo do desenvolvimento humano, muitas vezes iniciando-se na instituição família, mas sendo construída e reconstruída ao longo de toda a vida. Durante a roda de conversa do livro *Betina* surgiram falas sobre os aprendizados com suas famílias, como receitas de chás que foram se modificando ao passar de geração em

geração. Importante ressaltar o papel que as mídias e livros exercem nessas construções, influenciando tais processos.

Outro livro trabalhado foi *O menino Nito* a escolha deste deu-se pelo fato de um aluno ter baixa estima, e chorar com frequência. Diante dessa situação, os colegas faziam piadas. A história possibilita uma identificação com a vivência de alguns alunos, pois quando Nito chorava, seu pai dizia que homem não chora. Diante disso, o menino passou a engolir choros até que um dia foi necessário chamar o médico. Assim, ele compreendeu que homem também chora.

O livro *O amigo do rei* se passa na época da escravidão. O filho do senhor brincava com a criança escravizada, para eles não existia diferença. Escolhemos para levar o livro para casa e fazer o relato na escola um aluno que tinha resistência com os colegas negros. O mesmo produziu um belo texto e conduziu a roda de conversa com sabedoria, após este momento seu comportamento visivelmente se modificou.

No mês de abril aconteceu a festa da família e realizou-se uma pesquisa sobre as origens, e os antepassados dos alunos e alunas. O resultado foi compartilhado com a comunidade escolar no dia da festa junina em forma de trabalho escrito que constavam informações sobre os discentes e suas famílias, tais como a história de seus ascendentes, a origem. Os mesmos foram dispostos sobre uma mesa, para que a comunidade escolar pudesse prestigiar o trabalho.

Santos (2005) enfatiza a importância da ancestralidade na formação da identidade negra, nossa dívida com a ancestralidade é sermos nós mesmos na medida em que o passado influencia no futuro.

Além da busca da ancestralidade, o nome faz parte de nossa identidade. Partindo desse princípio foi solicitado aos discentes que conversassem com os familiares e buscassem os motivos da escolha de cada nome e seu significado. Após a pesquisa, o resultado foi compartilhado com os colegas e realizamos um trabalho com a escrita do nome. Solicitamos criar uma arte a partir do nome, pois através de trabalho artísticos o sujeito pode expressar seus sentimentos e características. Neste momento foi possível observar os diversos tipos de expressões e sentimentos dos alunos, tais como alegria e baixa auto-estima.

Não somente o nome faz parte de nossa identidade, mas o sobrenome também, pois este que nos torna integrante de um grupo familiar. Em um dos momentos de leitura a auxiliar de biblioteca levou para a turma a *Revista Ciência Hoje* que apresentava um texto informativo sobre a origem dos sobrenomes, intitulado *Silva, Leão Oliveira... Você sabe dizer de onde vêm os sobrenomes brasileiros*.

Após este momento, os discentes informaram seus sobrenomes e constataram que nenhum deles era de origem africana. Perceberam que a maioria dos sobrenomes era de origem européia. A partir deste momento vieram alguns questionamento: Se somos herdeiros dos africano, porque não temos sobrenomes africanos? Será que se perderam juntamente com a história, que foi escondida?

Percebe-se mais uma vez o processo de inferiorização do negro. A história dos sobrenomes de origem africana sofreu um apagamento, Mendonça (2001) resgata essa historiografia:

Em razão do limitado nível de conhecimento histórico sobre o assunto, depreende-se que não era comum, entre os negros, o estabelecimento de unidades familiares estáveis durante o período da escravidão brasileira. Representações nesse sentido são observadas desde o século XIX, quando os parlamentares do Brasil imperial usaram, para justificar suas posições contrárias à extinção do trabalho escravo, argumentos de que os negros eram desprovidos de capacidade para a vida social integrada, em decorrência da desorganização familiar, falta de instrução, desenvolvimento mental rudimentar e limitado senso de responsabilidade (Mendonça, 2001, p.35).

Machado (2008, p.51) completa que os sobrenomes de origem africana sugerem traços religiosos: “uma revisão do tipo de sobrenome adquirido pelos escravos nos séculos XVIII e XIX mostrou que uma grande proporção deles tinha um significado religioso”. Acrescenta que a escolha do sobrenome surgiu por demanda social, e que o mesmo seria diferente do sobrenome de seus senhores.

Também trabalhamos com a cartilha *Heróis de Todo Mundo* da coleção *a Cor da Cultura*. Este material fornecido pelo MEC, traz uma série de personalidades históricas afro-brasileiras, com o intuito de apresentar aos discentes que em nosso país existem heróis negros que venceram diversas batalhas para a construção do nosso Brasil. Enfatizamos nesse trabalho não somente os heróis presente na cartilha mas pessoas que atualmente lutam pela igualdade racial em todo o mundo e também na sociedade brasileira.

Na referida atividade os discentes pesquisaram nove personalidades importantes para a construção histórica do movimento e/ou para a construção das identidades negras na contemporaneidade, tais como: Milton Nascimento cidadão negro e ícone da música popular brasileira, Nilma Lino Gomes mulher mineira que atualmente assume um cargo de prestígio como Ministra de Estado no Brasil; Aleijadinho escultor mineiro conhecido internacionalmente que sofria de hanseníase, Dandara mulher guerreira quilombola que foi esposa de Zumbi dos Palmares, Martin Luther King ganhou o prêmio Nobel da paz lutando para os direitos humanos e combatendo o preconceito racial nos Estados Unidos, Nelson Mandela ganhador do prêmio Nobel da paz lutou contra o Apartheid, Machado de Assis escritor brasileiro fundador da academia de letras, Esperança Garcia escrava alfabetizada que lutava pelos seus direitos e Abdias do Nascimento jornalista e ex-senador, personagem importante na luta dos direitos humanos que foi indicado ao prêmio Nobel da paz em 2009. Após a pesquisa colocamos as informações em cartazes que foram ilustrados por um discente que é considerado por alguns como indisciplinado.

Antecedendo o mês da consciência negra trabalhamos com a turma do quarto ano sobre a questão do racismo, discriminação e preconceito. Gomes (2005) em seus estudos sobre a temática ressalta minuciosamente todos os conceitos citados. Segundo a autora entende-se por preconceito uma opinião formada antecipada sobre determinada pessoa ou cultura, ou seja, é julgar sem ter conhecimento do próximo, valorizando somente o “eu” e não o “outro”. Ressalta que “inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro” (GOMES, 2005, p.54). Todavia o racismo é:

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES,2005, p52)

Portanto o racismo é uma ação para com o outro devido à cor de pele, o cabelo entre outros, além de se impor como único e verdadeiro, gerando um alto nível de violência.

Para Jaccoud e Beghin (2012) preconceito e racismo seriam modos de ver e de tratar outro grupo ou pessoa de maneira inferiorizada. A discriminação é ação concreta do racismo e do preconceito: “quando o racista ou o preconceituoso externaliza sua atitude, agora

transformada em manifestação, ocorre a discriminação”. (JACCOUD E BEGHIN, 2012, p.38).

Os alunos, empenhados com o debate, criaram poemas com a temática “combate ao racismo”. As produções foram apresentadas para a escola em forma de mural, em um desenho de uma das mais importantes árvores da África, o “Baobá”, que em si é carregada de mistérios e encantamento. É uma árvore considerada sagrada em África, pois os africanos acreditam que tais árvores tem o poder de provocar afetos e tirar as aflições. A intenção e a escolha de expor o trabalho neste formato veio através da leitura do livro *Obax* de André Neves que relata a história das aldeias africanas e desta árvore. As histórias são tidas como sagradas e antes de vir para o Brasil, os africanos escravizados davam voltas em torno da árvore, com o intuito de esquecer seu passado.

Santos (2013) destaca as festas populares, a religião, as cantigas como elementos culturais importantes que carregam uma ancestralidade africana. Esses elementos fazem parte do cotidiano dos brasileiros e, considerando a aplicação da lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de educação básica, é importante que o professor se aproxime da realidade de seus alunos considerando seu pertencimento étnico-racial. Considerando a escola um espaço privilegiado de manifestação e trocas de ideias, essa postura tende a auxiliar na construção de um cidadão crítico e reflexivo.

Deixemos as paredes das senzalas, a escuridão do porão e os campos das fazendas, para proclamarmos no contexto escolar o que foi legado aos brasileiros de seus ancestrais negro-escravo não o sentimento de dor, mas as doces cantigas, os singelos poemas e as ricas expressões corporais e religiosas. (SANTOS, 2013, p.86).

Outra atividade que merece destaque nesse trabalho ocorreu na semana da consciência negra e foi desenvolvido em parceria com a professora do quinto ano. Trabalhamos com as turmas do 4º e do 5º ano o filme *Kiriku*, que traz questões relevantes para a formação da identidade, como por exemplo, a religiosidade. A escolha do filme surgiu a partir de um episódio desentendimento entre alunos. Um desses alunos foi chamado de “macumbeiro” e a partir daí surgiram questionamentos sobre as religiões de matriz africana. O longa metragem em questão é uma produção francesa produzida em 1998 que contempla a lenda africana em que a

feiticeira extermina todos os guerreiros, rouba os ouros das mulheres, e o pequeno Kiriku salva a aldeia da temível feiticeira.

A narrativa é bastante simples: um menino especial, Kiriku, nasce na aldeia e quer saber porque a feiticeira, Karabá, que engoliu todos os homens da aldeia, é má. Mas, se a narrativa parece simples, o seu desenrolar e sua preposição é, altamente, complexa. Ultrapassa em muito o maniqueísmo simplista do bem contra o mal. Não se dispõe a uma batalha empedernida, a todo custo e com todos os meios, *contra* a feiticeira. Ele quer saber. O desejo (*philia*) feminino de saber (*sophia*), se soma a outros elementos femininos na constituição deste herói lunar. Na narrativa de Kiriku, ele conversa com sua mãe estando ainda em seu ventre e manifesta sua vontade de nascer logo. Precoce, Kiriku também quer se lavar sozinho (é amante dos segredos da terra e das águas) e é quando se pergunta sobre seu pai e todos os homens da aldeia, ao que a mãe responde que foram todos engolidos pela feiticeira Karabá. Sua pergunta, então, mitologia de toda história é: “*por que Karabá é malvada?*”. Não se trata de “matar a feiticeira porque ela é má”, como ocorre nas fábulas maniqueístas da fábrica de estereótipos dos estúdios Disney, mas se trata de compreender as razões desta maldade e livrar a sua comunidade do sofrimento imposto pela feiticeira, numa *jornada interpretativa*, e assim também livrar a própria Karabá do sofrimento. Depois de várias peripécias, Kiriku procura pelo Grande Avô, uma espécie de *Obatalá*, que mora no alto das montanhas (no *orun*, espaço sagrado) para receber instruções sobre Karabá. Uma das cenas mais belas da história é, precisamente, quando do diálogo entre os dois, o Grande Avô e o pequeno Kiriku, em que o pequeno confessa seu medo e pede colo ao avô. Acalentado, Kiriku dorme tranquilo no colo do Grande Avô. (SANTOS, 2005, p.222-224).

O filme traz elementos fundamentais da cultura africana, tais como o áudio, as músicas de fundo feitas com os instrumentos de gênese africana, preocupação com a natureza e o respeito aos mais velhos.

Após a exibição realizamos uma roda de conversa, na qual surgiram alguns questionamentos sobre as religiões de matriz africana, como o candomblé. Grande parte dos discentes são evangélicos e considerava as religiões africanas como “macumba” ou como “coisa ruim”.

A narrativa de Kiriku nos ilustra de maneira muito própria à cosmovisão afro-brasileira, as características do herói lunar e seus atributos de inteligência, astúcia, paixão, precocidade e rapidez (homólogos ao *Hermes* grego e ao universo dos deuses condutores como *Ganesha* hindustani ou *Exu* iorubá), suas ligações com a serpente e os segredos da terra e das águas... Estes elementos todos aproximam o pequeno Kiriku à constelação de imagens de um dos orixás de origem dahomeana (Dahomey, atual Benin), *Oshumaré*, orixá do arco-íris que, por vezes, leva a água ao palácio do rei Shangô nas nuvens. (SANTOS, 2005, p.225)

O debate realizado pelas professoras e alunos foi construído em torno do respeito a todos os tipos de religiões existentes no Brasil, seja de cunho cristão ou não, buscando quebrar os preconceitos e estereótipos no que diz respeito às religiões de matriz africana.

Assim neste sentido é relevante destacar o Estatuto da Igualdade Racial, visto que este documento apresenta um capítulo que diz respeito a religiões de matriz africana, reconhecendo um nível de igualdade entre todas as religiões.

Art. 25. O reconhecimento da liberdade de consciência e de crença dos afro-brasileiros e da dignidade dos cultos e religiões de matrizes africanas praticados no Brasil deve orientar a ação do Estado em defesa da liberdade de escolha e de manifestação de filiação religiosa, individual e coletiva, em público ou em ambiente privado. (BRASIL, 2006).

Portanto como as demais religiões e crenças, os adeptos das religiões de matriz africana merecem o respeito têm a liberdade de escolha e de manifestar o culto aos orixás.

As tradições de matriz africana tiveram grande influência na cultura brasileira. No entanto, essas referências são, na maior parte das vezes, negadas ou invisibilizadas nas mídias, nos livros didáticos e literários, construindo apenas referências de uma perspectiva eurocêntrica.

Finalizamos o projeto no mês de novembro com a produção de cartazes para exposição. Nesse momento, percebemos algumas dificuldades. A escola organizou um evento sobre a consciência negra, mas aproximando da data tal evento foi adiado, passando para outros dias até que foi cancelado. Somente no mês de dezembro pode-se apresentar o trabalho para a comunidade escolar. Esta situação nos leva a considerar a resistência de se trabalhar a igualdade racial no ambiente escolar, visto que não são todos que abarcam esta luta contra o racismo e preconceito no âmbito escolar. No entanto, tais resistências não nos impediram de trabalharmos e conquistar um resultado significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais da educação têm uma responsabilidade no combate ao racismo no Brasil, uma vez que a escola é um lugar privilegiado para a construção de uma sociedade mais igualitária. A lei de 10.639/03 surge como um suporte legal para afirmar e valorizar os antepassados negros que marcaram a história desse país, potencializando referências positivas para a construção de identidades negras.

A busca pelo conhecimento sobre a temática tem me dado base para lidar com situações que antes não possuía domínio para tal, como por exemplo, os apelidos pejorativos que surgem no ambiente escolar. Esses aprendizados servem não somente para o âmbito escolar, mas para o dia-a-dia.

Neste sentido, quando dizemos de educação para as relações étnico raciais acreditamos que ela se destina a todos os cidadãos brasileiros. Cumprindo a legislação, a escola deve incluir nos currículos a temática da diversidade cultural, racial e econômica e desenvolver atividades que contribua para a formação de cidadãos felizes, autônomos, humanos, construindo uma identidade positiva. Observa-se que o uso das obras literárias afro-brasileira traz estas informações de forma explícita e divertida.

A partir do trabalho realizado percebo hoje um resultado significativo com a turma e em especial com relação ao aluno que ilustrou os cartazes e ao meu padrasto, pois antes eles não se assumiam como afro-descendentes e agora têm se uma postura mais madura e positiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO Débora Cristina de, **A Produção Literária Infanto-Juvenil Brasileira e as Relações Raciais: Conjuntura, Limites e Possibilidades**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais Diversidades e (Des)Igualdades Salvador 2011.

BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências**. Brasília, 2003.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/CNE 10/03/2004.

BRASIL, **Estatuto da Igualdade Racial, Brasília, 2006**. Disponível em: <http://www.cedine.rj.gov.br/files/legisla/federais/Estatuto_da_Igualdade_Racial_Novo.pdf>.

BRASIL, **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro brasileira e Africana**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192>.

BRITO, Quezia Marinho de Oliveira **Diversidade étnico-racial no ensino fundamental : um estudo de caso no Colégio Municipal Honorino Coutinho**. Rio de Janeiro 2009. Disponível em: <<http://webcache.educacao.unirio.br/uploads/Disserta%25C3%25A7%25C3%25B5es/Disserta%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520PPGEDU%2520-%2520Qu%25C3%25A9zia%2520Marinho%2520de%2520Oliveira%2520Brito.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>.

CADERNOS, Negros: poemas afro-brasileiros. São Paulo: Quilombhoje, 2004, n. 25 e 27.

DEBUS, Eliane **A Temática da Cultura Africana e Afro Brasileira na Literatura Infantil de Júlio Emílio Braz**. In: Tecendo a Literatura: entre vozes e leituras. (Orgs.) Nely Novais Coelho, Maria Zilda da Cunha e Maria Auxiliadora Fontana Baseio. Santa Catarina 2013. Disponível em: <LITERAFRO - www.letras.ufmg.br/literafro> acesso dia 10 de março de 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis, **Literatura Afro-brasileira: um conceito em construção**. Disponível em: <LITERAFRO - www.letras.ufmg.br/literafro> Acesso dia 15 de maio de 2015 às 20 horas.

FREITAS, Liliam Tereza Martins, **Lei 10.639 e A Construção de uma Educação Antirracista de Codó- Ma, Maranhão, 2013**.

GOMES, Nilma Lino, **Alguns Termos E Conceitos Presentes No Debate Sobre Relações Raciais No Brasil: Uma Breve Discussão.** In: BRASIL. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10. 639/03.* Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

GOMES, Nilma Lino, **Betina**, Editora Maza, 2010.

GOMES, Nilma Lino, **Limites e Possibilidades da Implementação da Lei 10.639/03 no Contexto das Políticas em Educação.** In: Caminhos Convergentes Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil. (Orgs) Marilene de Paula, Rosana Heringer, Rio de Janeiro, Fundação Heirich Boll, ActionAid, 1ª Edição, 2009.

GOMES, Nilma Lino, **Relações Étnico Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos, Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de, **Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.1, p. 77-89, jan./abr. 2005

GRISA, Gregório Durlo **REORGANIZAÇÃO CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**, XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais Diversidades e Desigualdades, Salvador 2011.

JACCOUD, Luciana de Barros, BEGHIN Natali, **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**, - Brasília: IPEA, 2002.

LIMA, A. de B; SILVA, F. C. Da. **A importância da literatura infantil afro-brasileira e africana no ensino fundamental do SESC – Petrolina/PE.** Pau dos Ferros, v. 02, n. 02, p. 104 – 131 set./dez. 2013.

LIMA, Heloísa Pires. **Personagens Negros: Um breve Perfil na Literatura Infanto-Juvenil In: Superando o Racismo na Escola**, org. por Kabengele MUNANGA, K. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Fundamental, 2001.

MACHADO, T.M.B **Associação entre sobrenomes de conotação religiosa e ancestralidade genômica em Salvador-BA-Brasil.** In: Fundação Oswaldo Cruz Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz PPGBSMI – Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa TAISA MANUELA BONFIM MACHADO ANCESTRALIDADE EM SALVADOR – BA 2008.

MARINHO, Vanessa Adriano, **A Educação das Relações Étnico-Raciais como Reflexo da Luta dos Movimentos Sociais Negros Itabaiana:** GEPIADDE, Ano 4, Volume 7 2010.

MARIOSIA, Gilmara Santos, REIS, Maria da Glória dos, **A Influência da Literatura Infantil Afro-Brasileira na Construção das Identidades das Crianças.** Estação Literária, Londrina, Volume 8, p.42-53, dez. 2011. Disponível em: < 1048 - <http://www.uel.br/pos/letras/EL>>. Acesso dia 16 de março de 2016.

MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da Abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

- NEVES, André, **Obax**, São Paulo, Brinque-Book, 2010.
- PALMEIRA, Francineide Santos, **IDENTIDADE ÉTNICA E LITERATURA AFRO-BRASILEIRA, SABER ACADÊMICO** - n ° 11 São Paulo, 2011.
- RITER, Caio, **Pedro Noite**, São Paulo Biruta, 2011.
- ROCHA, Ruth, **O amigo do Rei**, Editora Lenice Bueno da Silva, São Paulo, 2005.
- SALES, Augusto dos Santos, **A Lei 10.639/03 como Fruto da Luta Anti Racista do Movimento Negro**. In: Educação Anti Racista: Caminhos Abertos Pela Lei Federal nª. 10.639/03. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- SANTOS, Marcos Ferreira, **Ancestralidade e Convivência no Processo Identitário: A Dor do Espinho e a Arte da Paixão Entre Karabá e Kiriku**. In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Alienígenas na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-189.
- SANTOS, Margareth Maura, **A Cultura E A Literatura Afro-Brasileira Em Sala De Aula**. Vol. 8 Num.2 2013 Revista Magistro - ISSN: 2178-7956. Disponível em: <www.unigranrio.br> acesso dia 28 de outubro de 2015 às 21 horas
- SILVA, Jerusa Paulino da. **A construção da identidade da criança negra: a literatura afro como possibilidade reflexiva**. Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Minas Gerais 2010.
- SILVA Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e, COELHO Wilma de Nazaré Baía **A Imagem Negra Emoldurada na Escola: sob o discurso da igualdade**. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1271>> acesso dia 28 de outubro de 2015.
- Silva Stefani, **Literatura Afro-Brasileira: Uma Identidade em Questão**, Revista Iluminart do IFSP Volume 1 número 4, São Paulo, 2010.
- SOUSA, Andréia Lisboa, **Representação Afro Brasileira em Livros Paradidáticos**, LITERAFRO, 2005. Disponível em: <www.letras.ufmg.br/literafro>. Acesso dia 16 de março de 2016.
- SOUSA, Andréia Lisboa. **A Representação da Personagem Feminina Negra na Literatura Infante-Juvenil Brasileira**. In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento, **Linguagens Escolares e Reprodução do Preconceito**. In: BRASIL. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

VALENÇA, Raquel Teixeira, **Silva, Leão Oliveira... Você sabe dizer de onde vêm os sobrenomes brasileiros**. Revista Ciência hoje, Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: < <http://chc.cienciahoje.uol.com.br/silva-leao-oliveira/>>